

# Anistia vai avançando

O governo fracassou, ontem, na primeira tentativa de evitar que a anistia vá ao plenário da Câmara amanhã. A liderança do governo foi derrotada quando procurava aprovar, através de artifícios regimentais, um requerimento para que fosse suspensa a sessão de amanhã, dia da Assunção.

Não se tratou, em absoluto, de um arroubo de religiosidade dos arenistas. Tanto não foi que, pouco antes de começar a sessão da Câmara, o próprio presidente da República assinava decreto suspendendo o ponto facultativo de amanhã nas repartições federais.

A manobra da liderança da Arena, apesar de um pouco complexa, pode ser assim explicada: o deputado padre Medeiros Neto, como faz às vésperas de todo feriado religioso, apresentou à Mesa requerimento para que fosse suspensa a sessão de amanhã. Ao Mdb, obviamente, interessa que haja sessão, para que o projeto da anistia seja votado o mais breve possível. O requerimento corria o risco de ser rejeitado, pois os arenistas dispostos a votar a anistia certamente votariam contra. Estava em votação a redação final de um projeto de pouca importância, modificando um artigo do Código de Processo Civil. A redação final foi aprovada simbolicamente. Para surpresa geral, contudo, o vice-líder Geraldo Freire pediu verificação da votação, isto é, que fossem chamados a votar todos os 409 deputados, um a um. E por quê fez isso? Acontece que o regimento interno da Câmara proíbe que se faça mais de uma votação nominal no espaço de uma hora. O requerimento do padre Medeiros Neto seria votado logo em seguida, e aprovado simbolicamente, ainda que a maioria da casa o quisesse rejeitar. E sendo aprovado — mesmo contra a maioria — não haveria sessão amanhã. Não havendo, a anistia só seria

votada na terça-feira, dificultando muito os planos do Mdb de aprová-la.

O líder Mário Covas percebeu a tempo a manobra da liderança governista. Depois de conferenciar rapidamente com os deputados Martins Rodrigues, Márcio Moreira Alves, Mário Piva e José Carlos Teixeira, Covas mandou a oposição esvaziar o plenário. Terminada a votação, apenas 190 deputados tinham votado, quando o quorum mínimo exigido para deliberação é de 205. Como não havia numero, passou-se imediatamente à discussão do item seguinte da pauta: a anistia.

Ontem, a Comissão de Segurança Nacional rejeitou o projeto de anistia por 11 votos contra 10, quando o governo esperava resultado mais folgado. Ao fim de 5 horas de discussões, de que participaram os líderes Ernani Sátiro e Mário Covas, houve um empate: 10 a 10. O presidente da comissão, deputado Broca Filho (Arena — São Paulo), proferiu o "voto de Minerva" contra o projeto, por considerá-lo inoportuno.

Três arenistas votaram a favor: Hélio Garcia (Minas Gerais), José Penedo (Bahia) e Hélio Romagnolli (Paraná). Votaram a favor também os opositoristas Amaury Kruehl (Guanabara), Antonio Anibelli (Paraná), Bernardo Cabral (Amazonas), Martins Rodrigues (Ceará), Paulo Maciarini (Santa Catarina, autor do projeto), Raul Brunini (Guanabara) e Ney Ferreira (Bahia). Contra, votaram, além de Broca Filho, o relator Agostinho Gomes (Paraná), Clóvis Stenzel (Rio Grande do Sul), Josias Gomes (Ceará), Hildebrando Guimarães (Ceará), Cícero Dantas (Bahia), Floriano Rubim (Espírito Santo), Luís Cavalcanti (Alagoas), Sousa Santos (Piauí), Vingt Rosado (Rio Grande do Norte) e Euclides Triches (Rio Grande do Sul).

O argumento do relator — o mesmo do líder Ernani Sátiro — foi de que a anistia é inoportuna, pois "a agitação está nas ruas". Os arenistas defenderam a tese de que a anistia, sendo concedida agora, "facilitará os propósitos subversivos de derrubada do regime".

Depois de ir à Comissão de Segurança Nacional, o projeto foi a plenário. Recebeu duas emendas e, como manda o regimento, volta hoje às comissões, por 24 horas. Francelino Pereira, da Arena de Minas, apresentou uma emenda que limita no tempo a anistia e amplia seus benefícios.

Estabelece a emenda que são anistiadas tôdas as pessoas ligadas "direta ou indiretamente" aos conflitos estudantis de 23 de março até o dia 8 de agosto. Monteiro de Castro, também da Arena mineira, considerado porta-voz do chanceler Magalhães Pinto, apresentou emenda que, além de limitar o período abrangido pela medida, exclui da anistia os crimes comuns e os atos de terrorismo. Com isso, os observadores consideram que estejam ampliadas as possibilidades de aprovação do projeto, caso vá amanhã ao plenário, uma vez que os governistas, para justificar sua oposição ao projeto, consideram-no, além de inoportuno, prejudicial, por beneficiar criminosos comuns e não apenas políticos.

A Arena tentará hoje fazer aprovar o requerimento do padre Medeiros Neto, suspendendo os trabalhos de amanhã na Câmara. O Mdb deve, novamente, obstruir a votação. Aham os opositoristas que a demora na votação da anistia diminui muito as possibilidades de aprovação. Sintetizando o pensamento opositorista, o deputado Hermano Alves dizia, ontem, que "o pano de fundo está agindo no Congresso".

Ricardo A. Setti - Brasília